

OS INTERESSES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER VOLTADAS AS QUESTÕES INDÍGENAS

Cristina Elena Taborda Ribas - UFPR¹

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmid - UFPR²

Resumo.

Esta pesquisa foi desenvolvida sob o aporte teórico e metodológico da Educação Histórica, cujos fundamentos científicos estão pautados na epistemologia da História e na teoria da Consciência Histórica (RÜSEN, 2010). Por meio do conceito substantivo (LEE, 2005) os interesses sociais e as relações de poder voltadas as questões indígenas, busca discutir o processo de ensino e aprendizagem em História, no qual a temática foi pensada a partir das discussões acerca da “Burdening History” ou *História Difícil*. A proposta foi desenvolvida numa perspectiva humanística para repasse aos 32 técnicos disciplinares de História que trabalham nos Núcleos Regionais de Educação do estado do Paraná. Seu percurso foi fundamentado nos princípios investigativos da Pesquisa Qualitativa de natureza empírica e interpretativa, por meio de análises de documentários, imagens sobre a temática, artigos e textos de historiadores e jornais, com a devolutiva de narrativas elaboradas pelos técnicos disciplinares.

Palavras-chave: Educação Histórica; Consciência Histórica; Aprendizagem Histórica; Questões Indígenas.

¹ Professora de História da Rede Estadual de Educação do Paraná, Bolsista Mestrado CAPES - Programa Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais Projeto - Indígenas, Quilombolas e Napalm: uma História da guerrilha do Vale do Ribeira desenvolvido pelo LAPEDUH-UFPR. E-mail: cribas01@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná UFPR. Doutora em História pela UFPR. Pesquisadora/coordenadora do LAPEDUH-UFPR. E-mail: dolinha08@uol.com.br . Currículo Lattes, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767409P7>

Introdução

As questões que envolvem grupos indígenas tem sido assunto recorrente nas mídias diversas e, também é possível encontrar histórias em quadrinhos, livros e revistas que abordam o tema em sua maioria de maneira estereotipada e preconceituosa. Dessa maneira, muitos estudantes já viram ou ouviram algumas histórias sobre os povos nativos mas em grande parte por um viés distorcido sobre eles.

Os nativos estavam excluídos da sociedade brasileira, praticamente sujeitos inexistentes, uma vez que não eram considerados cidadãos brasileiros, até o momento que foram citados na Constituição de 1988. Entretanto, o fato de serem citados na Carta Magna não foi garantia de respeito as suas expressões de crenças, as diversas culturas e ao direito as suas próprias terras. A invisibilidade e violência contra as nações indígenas chegou a um patamar de naturalização dos atos injustos e negação a toda e qualquer questão que envolva os direitos deles e perdura mesmo com garantia de lei.

Por isso, a escolha da temática sobre as *Questões Indígenas* está respaldada na Lei nº 11.645, de março de 2008, a qual visa o estudo da história e Cultura Afro-brasileira e Indígena, que está vinculado o conteúdo substantivo da História para o desenvolvimento do trabalho em todo o processo da Educação Básica com os “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, [...] a luta dos [...] povos indígenas no Brasil, a cultura [...] indígena brasileira, [...] o índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (DOU, 2008, s/p).

Além disso, essas discussões de nível teórico para tomada de ações se faz urgente, devido às demandas atuais de desrespeito aos direitos dos povos indígenas sobre as terras, ao exercício de ir e vir, ao direito à educação de qualidade que respeite as culturas próprias, liberdade de expressão e manifestação. Enfim, questões acerca do direito a dignidade de vida do ser humano, chegando ao ponto da ONU (Organização das Nações Unidas) considerar, no ano de 2017, que o Brasil falhou em defender as terras indígenas e também a vida desses povos, solicitando intervenções de auxílio e tomada de posicionamento do Governo Federal. No entanto, nada sobre esse assunto foi realizado até o presente momento, muito pelo contrário, pois os direitos adquiridos anteriormente vêm sendo arrancados cotidianamente pelos governantes atuais.

Sob o ponto de vista histórico os povos indígenas estavam presentes muito antes da chegada dos europeus no país. Porém, com dominação e colonização que imperava no século

XVI, tiveram sua cultura negada e menosprezada pelo esse povo que aqui veio explorar as terras, desconstruindo a identidade dos nativos, impondo novos conceitos políticos, econômicos, sociais e culturais.

A visão pejorativa sobre as nações indígenas se alastraram após o discurso dos europeus que “os classificavam como hostis, indóceis e bestiais” (MESGRAVIS; PINSKY, 2002: 39).

Portanto, a apresentação dessa temática aos professores que atuam como técnicos disciplinares nos 32 núcleos de educação, por meio de uma discussão chamada de formação continuada, voltada aos núcleos que possuem escolas que oferecem o programa de aceleração de estudos (PAE). A escolha pelo conteúdo substantivo tem o propósito de fomentar o debate a respeito de um assunto essencial para o desenvolvimento do respeito e o processo de humanização voltado aos povos indígenas do Brasil, que ainda está encontra-se excluído de conhecimentos mais aprofundados e fundamentados nos manuais didáticos e entre a própria comunidade escolar.

Foi apresentado alguns materiais como fonte de formação para o conhecimento, desenvolvido por alguns estudiosos em que abordam a visibilidade e valorização das nações indígenas, desmistificando a visão preconceituosa e reconhecer “que somos uma sociedade plural, multiétnica e plurilíngue, as culturas indígenas são patrimônio cultural da nação brasileira e que nosso sistema educacional deve se reorganizar para a educação em direitos humanos e respeito às diferenças culturais.” (PARANÁ, 2008: 68), bem como, documentos e fontes históricas para analisar, interpretar e explicar as evidências do passado dessa formação de pensamento histórico tão arraigado ao preconceito aos povos pré-existentes dessa terra.

Assim, a intenção foi a de que os olhares se voltassem aos povos originários, não apenas como uma contribuição à formação, mas sim como fundamentais para compreensão do presente da sociedade contando com suas características culturais, configurações sociais e política, o que justifica grande parte dos aspectos que a população brasileira apresenta hoje, tais como hábitos e costumes, por exemplo, o banho diário.

Referencial Teórico

Pensando na relação estabelecida para se compreender a formação do pensamento histórico na perspectiva do presente, sobre como se cristalizou esse olhar preconceituoso e de desrespeito às diversas etnias indígenas do Brasil, relacionado a um passado configurado pela ideia da “formação de um povo brasileiro”, articulando ainda as perspectivas de futuro para a

população, foi pensado no movimento a partir da multiperspectividade histórica para a compreensão dessa temática.

Assim, elaborou-se com essa proposta multiperspectivada visualizar as questões da empatia histórica, de evidência, da explicação, a consciência histórica que se constrói quando trabalhada a partir das fontes históricas.

Portanto, inquire-se a

Necessidade de se conhecer e analisar as relações que, alunos e professores, estabelecem com o conhecimento histórico; bem como na análise da forma pela qual, a relação com fontes históricas colabora para a formação das ideias históricas e da consciência histórica de crianças e jovens; alunos e professores. (URBAN, 2014: 145).

Com as justificativas para a pesquisa e o trabalho serem desenvolvidos já estabelecidos, foram selecionados as fontes e documentos históricos para serem analisados e interpretados, uma vez que o momento era subsidiá-los com as propostas iniciais, mas que também pudessem ampliar, acrescentar, retirar ou mudar as fontes apresentadas, deixando a discussão acerca do conceito substantivo sobre as questões indígenas considerando o contexto de cada realidade escolar e mesmo regional. A intenção dessa formação foi a de suscitar e fomentar a inserção do conteúdo com a seriedade e proporção que pode se ter nos currículos para uma formação do pensamento histórico pautado numa visão humanista da História.

Dessa forma, a temática escolhida acerca dos povos indígenas do Brasil é considerada uma “história difícil” de ser abordada em sala de aula, gera um receio quanto a abordagem daquilo que é desconhecido ou a leitura que se tem ainda é de um olhar discriminatório. Esses problemas podem ser explicados pela falta de uma bibliografia significativa dos povos originários do Brasil, pois a cultura histórica deles zelava pelo princípio da oralidade e não do registro histórico. O registro ainda é algo relativamente novo para eles, com recentes ingressos de pessoas de algumas etnias indígenas na educação superior, bem como formações em pós-graduações de Universidades diversas.

Quanto a chamada *burdening history* ou a “história difícil”, abordada no parágrafo anterior, foi utilizada pelo historiador alemão Bodo von Borries em 2011, para se compreender o trauma histórico de um passado da Alemanha no qual muitos ainda possuem na memória, o Holocausto. Para ele, a aprendizagem histórica sobre temas controversos da história estão relacionados ao “processo de conflito de mudança, como modo de atuação em

relação à consciência histórica e, envolver-se com a história pesada é um trabalho mental e uma atividade intelectual da consciência histórica”, sendo que a aprendizagem de assuntos relacionados a temáticas positivas, vitoriosas, se tornam mais fáceis do que as “experiências pesadas de danos, injúrias, culpa/vergonha (ou todos estes) são muito mais difíceis” (SCHMIDT, 2015: 6).

A preocupação no processo de ensino e aprendizagem da história a temas controversos a respeito da História do Brasil também vem tomando um caminho significativo para a formação de uma consciência histórica argumentativa e tem sido preocupação para o trabalho em sala de aula de historiadores e filósofos da história.

Em pesquisas realizadas pela professora Dr.^a Maria Auxiliadora Schmidt com jovens estudantes no Brasil, ela denota que alguns fatos causaram preocupação quanto a consciência histórica destes, pois relacionavam questões aos temas difíceis e controversas da história, porém sem relacionar e notar a complexidade dos fatos e, dessa forma, a “percepção não vinha acompanhada de posicionamentos ou argumentos de que esses marcadores estivessem articulados a processos de desumanização da própria humanidade.” (SCHMIDT, 2015: 2).

De posse dessas informações e desse cenário para a construção do pensamento histórico, estabeleceu-se um recorte acerca da temática sobre indígenas no Brasil, com o título **os interesses sociais e as relações de poder voltadas as questões indígenas**, com o intuito de poder discutir ações e interpretações mais complexas a partir da multiperspectividade das fontes históricas apresentadas.

Possibilidades de (re)construção do pensamento histórico sobre a História dos Povos Originários do Brasil

Constantemente é possível visualizar na mídia brasileira assuntos relacionados aos diversos povos nativos do Brasil, porém, com uma visão unilateral daquelas que são detentoras de maior audiência e leitores no país. Em muitas vezes são feitas afirmações sobre disputas territoriais, embates e conflitos com mortes e assassinatos com acusações das populações indígenas, sem considerar lutas, reivindicações e direitos históricos desses povos.

É possível perceber também que a relação eurocêntrica numa visão de dominantes ainda se faz muito presente tanto nos materiais didáticos quanto nos discursos proferidos por políticos, a população em geral e, até mesmo, por alguns professores e professoras, que se pautam em discursos do senso comum, além das justificativas de elites agrárias e empresários

que detém interesses sobre muitas terras em que eles estão inseridos e garantidos até então por lei, as quais possuem riquezas naturais e minerais.

Por isso, o trabalho com as fontes e a construção do passado a partir de evidências históricas é essencial ao trabalho do professor, com a possibilidade de desconstruir aspectos que estão arraigados na sociedade brasileira. Assim, a “compreensão das fontes como testemunho para trabalhar o conceito de evidência, em que as fontes têm valor reconhecido como evidência para tipos específicos de afirmações.” (ASHBY, 2006: 5).

De posse de uma proposta de (re)construção do pensamento histórico sobre as conquistas galgadas por esses povos quanto a construção de uma sociedade brasileira, a qual estes são excluídos em sua concepção principal, por meio do processo de invisibilidade, cerceando-os dos direitos e também incitando atos de violência das mais variadas maneiras a esses povos.

Nessa concepção da história difícil, Borries propõe o que classifica como história tensa algumas “condições necessárias para uma aprendizagem efetiva da história, tais como o fato de que os novos insights precisam ser relacionados com os velhos, precisam conectar, positivamente, emoções e serem relevantes para a vida.” (SCHMIDT, 2015: 6).

A partir dessa possibilidade de trabalhar com a temática de assuntos traumáticos, tensos, contraditórios e pensando na proposta dialogada com Borries é que se propõe o confronto entre as diversas fontes históricas para serem analisadas e interpretadas, sendo que “o contato direto com as fontes facilita e familiariza o aluno com o real passado ou presente, habituando-o a associar o conceito à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar a partir de uma situação dada.” (SCHMIDT, 1997: 12).

A fonte por si somente não apresenta a história do passado e, por isso, é necessário a orientação temporal adotada por Rüsen, no qual estabelece a contextualização, a noção de tempo para a aprendizagem histórica de um determinado passado. Assim, compreende-se que

“fontes foram criadas com propósitos diferentes e, portanto, possuem diferentes níveis de validade; frequentemente são incompletas. Por isso, os historiadores fazem inferências sobre as fontes, no sentido de saber como foram feitas, usadas e o que podem ter significado para as pessoas que as produziram e as utilizaram. (COOPER, 2006: 175).

Desenvolvimento de possibilidades e práticas históricas

Com a intenção de promover o debate e discussão para a formação do pensamento histórico, propôs-se que apresentassem os conhecimentos prévios sobre o conceito substantivo escolhido, deixando-os livres para a expressão, pois “a perspectiva da educação histórica, aquilo que chamamos de saber histórico genuíno constrói-se, com base nos significados tácitos que cada sujeito atribui às mensagens, por inferência sobre múltiplas fontes, diversas no seu suporte e nos seus pontos de vista” (BARCA, 2004: 121). Aqui nesse ponto foram vistas as possibilidades de intervenção histórica podem ser desenvolvidas, contando com esclarecimentos a respeito de pontos equivocados, preconceituosos ou mesmo desconhecido destes.

Assim, a intenção inicial foi provocá-los com uma questão problematizadora com duas obras de Rugendas as quais foram pintadas no século XIX, com a intenção de descreverem as ideias que possuíam sobre os povos nativos. Assim, foram apresentados as imagens, sendo a figura 1 *Guerrilhas* e a figura 2 *Dança dos Puri*, pedindo para que observassem as imagens e descrevessem o que o autor da tentava transmitir, qual poderia ser o olhar dele ao fazer tais representações.

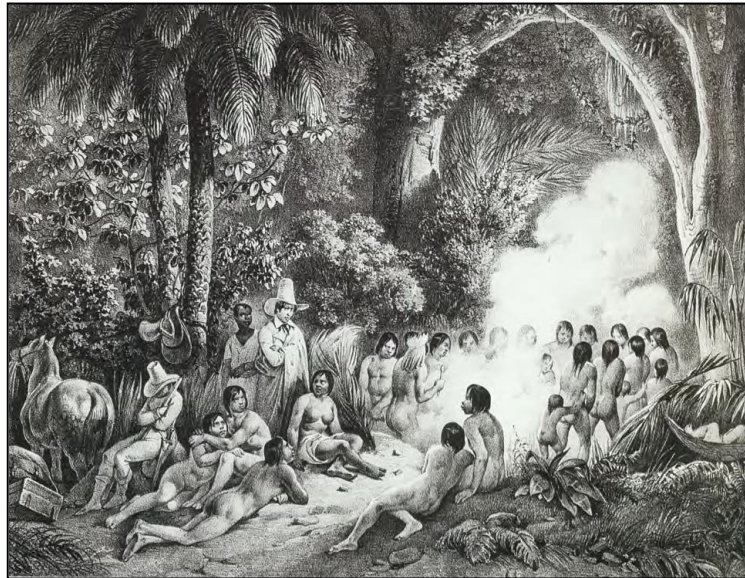
FIGURA 1 - GUERRILHAS OU GUERRILLAS



FONTE: FONTE: LEÃO, Gabriel Bertozzi; RODRIGUES, Poliana Jardim. **Revisitando Rugendas e Debret**. XVIII Encontro Regional. ANPUH Minas Gerais, 2012. Disponível em:

<http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340761579_ARQUIVO_R edescobrimdoRugendaseDebret.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

FIGURA 2 - DANÇA DOS PURI OU DANZA DE LOS PURI



FONTE: LEÃO, Gabriel Bertozzi; RODRIGUES, Poliana Jardim. **Revisitando Rugendas e Debret**. XVIII Encontro Regional. ANPUH Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340761579_ARQUIVO_RedescobrimdoRugendaseDebret.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

As questões apresentadas foram feitas oralmente uma vez que o tempo que tínhamos era curto, sendo apenas 2 horas para uma discussão teórica e do desenvolvimento das interpretações das fontes.

Alguns professores disseram que a pintura era muito romantizada para a representação do que de fato havia acontecido com os povos, a luta armada foi muito pior do que demonstrado na imagem. Outros já levaram em conta que a representação era de episódio específico. Quanto a outra imagem fizeram a ponderação do momento em que os povos poderiam expressar alguns poucos pontos de sua própria cultura, que os deixavam mais tranquilos para a exploração local.

Ainda levantaram que por se tratar de uma obra artística, a pintura era uma reinterpretação daquilo que de fato ocorria com os povos indígenas e mencionaram também as formas cruéis que trataram os povos de etnias africanas.

Depois de realizar dessa atividade utilizada para que expressassem suas ideias, opiniões, interpretações acerca da problematização realizada, foi proposto a leitura de um texto de

jornal de Minas Gerais, no qual alguns representantes da etnia kaxixó são os sujeitos que narram um pouco da história do seu povo, conforme foi publicado no jornal “O Tempo”

Índios de Minas rechaçam pecha de preguiçosos e afirmam que trabalham, mas não para enriquecer

PUBLICADO EM 07/05/17 - 03h00
LUCIENE CÂMARA

“Indígena é um nome que inventaram para a gente porque tínhamos o olho puxado, como na Índia. O que nós somos, na verdade, é povo da floresta, descendentes dos primeiros povos brasileiros”, diz a Kaxixó Liderjane Gomes da Mata, 39. Essa consciência sobre sua origem e sua identidade é cada vez mais forte entre as comunidades nativas e faz crescer o número de pessoas que se autodeclaram pertencentes a esses grupos. Mas ainda falta muita informação sobre eles entre os “brancos”, termo sempre usado por eles para separar indígenas do restante da população. O desconhecimento leva a preconceitos tão arraigados que se tornam barreiras e geram conflitos.

“A nossa história não começou em 21 de abril de 1500. Ela vem de muitos anos atrás. Enquanto outros países estariam procurando informações sobre seus ancestrais, antepassados, nós não valorizamos, tentamos camuflar. Mas eles são nossos povos primeiros, devemos respeitá-los”, afirma a mestre e pedagoga da PUC Minas especializada em educação indígena Sandra Maria Rodrigues de Moraes.

Estereótipo. O clássico retrato do índio preguiçoso também continua no imaginário de muita gente. “Falam que a gente não quer trabalhar, mas não é verdade. Nós trabalhamos e já fomos até escravizados. Mas o índio não pensa em trabalhar para enriquecer, ele trabalha para sua subsistência”, diz o vice-cacique Altair Teodoro da Silva Kaxixó, 48, da comunidade Capão do Zezinho, em Martinho Campos, na região Centro-Oeste de Minas.

No local vivem cerca de cem pessoas, muitos aposentados e outros que trabalham no centro de saúde e na escola. Outros são funcionários de um fazendeiro vizinho, o único no entorno que não apoia o movimento ruralista contra os índios. Alguns ainda prestam serviços domésticos e de construção civil nas cidades próximas.

“O índio trabalha, e muito, são contemporâneos como a gente, precisam trabalhar. Cada povo indígena é muito diferente, alguns assimilaram a comunidade em volta, foram para o mercado de trabalho, outros vivem mais isolados no campo”, explica o historiador e indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai) Pablo Camargo. Há relatos de boicote por parte do comércio em algumas cidades do Estado, onde se cobra mais caro do índio até por um prato de comida.

Cultura. A reportagem acompanhou um grupo de índios Pataxó em um colégio do Barreiro, na capital, onde eles desenvolvem o projeto Cultura Indígena nas Escolas, como forma de quebrar o preconceito. Ao chegarem, houve muita curiosidade dos alunos e alguns bateram

com a mão na boca, única referência indígena para muitos, mas que para os nativos significa chamar para a briga.

“Somos um país extremamente sem memória. É preciso fazer um ‘letramento racial’”, diz a índia Kambiwa Avelin Buniacá, socióloga e representante do Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas.

Crítica. Se a tradição dos povos não é respeitada, a modernização também não. “Quiseram tanto impor a cultura do branco, e agora dizem que a gente não é índio se tiver casa, celular, TV”, diz Altair Kaxixó.

Fonte: <http://www.otempo.com.br/cidades/estere%C3%B3tipo-piora-preconceito-1.1470196>

De posse dessa fonte com questões recentes, publicada no mesmo período em que estava acontecendo os debates com os professores, foi abordado e discutido as diferentes formas de expressões e narrativas. Por isso, solicitou-se que fosse pego um texto do livro didático utilizado nas escolas para que fossem feitas as análises e interpretações das diferentes narrativas, as diferenças presentes nas fontes, que visões antagônicas ou de proximidade que estavam sendo postas sobre as nações indígenas em cada um dos textos e também das imagens. Que reivindicação(ões) os grupos indígenas possuíam e possuem? Por que existe tanta disparidade entre o discurso posto nos documentos oficiais sobre os povos nativos daquilo que os próprios sujeitos falam? Há possibilidade de superar essa visão que foi naturalizada na sociedade brasileira? Que possibilidades seriam essas?

Devido ao fato de alguns ainda terem a visão mais tradicional da história dos povos originários, algumas situações, críticas e visões ainda arraigadas a um certo preconceito ainda surgiram entre o grupo. Entretanto, com as discussões ocasionadas pela “voz” dada a um grupo indígena, foi possível visualizar que alguns preconceitos estavam presentes em frases e pensamentos do cotidiano deles, principalmente ao que se refere a cultura indígena, o respeito ao tempo, a questão da diferença desse grupo quanto ao acúmulo de capital, da visão de mundo do trabalho que eles possuem, a manifestação religiosa.

Ainda para complementar esse olhar multiperspectivado do conteúdo substantivo sobre os povos indígenas, foi proposto assistirem ao documentário da TV Brasil, composto de diversas séries, para que pudessem visualizar um pouco do dia a dia de alguns grupos nativos.

Novamente, devido ao curto espaço de tempo foi passado apenas um pequeno trecho do documentário para que pudessem entender a cultura e a forma de trabalho deles para que acima de tudo, respeitassem as suas formas de expressão.

Considerações finais

Considerando todo o processo formativo, de construção de possibilidades no processo de ensino e aprendizagem considerando o conceito substantivo sobre as diversas questões indígenas presentes na sociedade brasileira e devido aos olhares desumanos que geram a invisibilidade desses povos, foi possível perceber que alguns pontos abordados mexeu com a forma com que os professores abordavam esse conteúdo ou deixaram de trabalhar.

Somado todas as fontes para interpretação do passado das etnias indígenas que ainda está muito presente para que pudessem articular ideias de perspectivas futuras, grande parte dos participantes achou pertinente a apresentação dessas perspectivas, principalmente no que se refere a fala deles no jornal, que puderam perceber que coisas simples que são ditas podem afetar e são efeitos cristalizadores dessa cultura de desmerecimento e preconceito aos povos.

Além disso, alguns propuseram colocar questões que envolvem a realidade local, seja porque lá ainda existem comunidades indígenas que são amplamente discriminadas pela população, sem deter o respeito mínimo as terras e aos povos, seja por causa da história ser ao contrário, não existem mais remanescentes indígenas na localidade e a negação a eles se visualiza de maneira mais contundente.

Assim como outros trabalhos da Educação Histórica realizados, essa experiência também apresentou que “o trabalho com as fontes contribuiu com o desenvolvimento de argumentos, sobre a explicação de um ponto de vista sobre a fonte, [...] ouvir outros pontos de vista e aceitar que todos os argumentos podem ser válidos.” (URBAN, 2014: 156). Foi possível perceber que a partir das concepções que muitos detinham, sejam quanto a uma consciência mais complexa ou seja aqueles que possuíam uma consciência histórica preconceituosa, ampliaram os horizontes para a discussão e uma possibilidade de abertura para o debate, por meio do uso de fontes multiperspectivadas para que pudessem formar argumentos plausíveis com vistas ao conteúdo substantivo.

Referências

ASHBY, Rosalyn. **O conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos.** In: BARCA, I. (org). Educação histórica e museus. Braga: CIED, Universidade do Minho. 2003. p. 37-55.

BARCA, Isabel. Aula oficina: do projecto à avaliação. In: BARCA, Isabel (Org.). **Para uma educação de qualidade.** Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

BRASIL, Diário Oficial da União de 11/03/2008. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 09 ago. 2013.

CÂMARA, Luciene. Índios de Minas rechaçam pecha de preguiçosos e afirmam que trabalham, mas não para enriquecer. 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/estere%C3%B3tipo-piora-preconceito-1.1470196>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

COOPER, H. Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. **Educar em revista**, Curitiba, v. Especial, p. 171-190, 2006.

LEÃO, Gabriel Bertozzi; RODRIGUES, Poliana Jardim. **Revisitando Rugendas e Debret**. XVIII Encontro Regional. ANPUH Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340761579_ARQUIVO_Redes_cobrindoRugendaseDebret.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

MESGRAVIS, Laima; PINSKY, Carla Bassanezi. **O Brasil que os europeus encontraram**. São Paulo: Contexto, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica: História**. Curitiba: SEED, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Aprendizagem da “burdening history”: desafios para a educação histórica. **Revista de Humanidades**, Caicó, v. 16, n. 36, p. 10-26, jan./jul. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8094>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. **O uso Escolar do Documento Histórico: ensino e metodologia**. Curitiba: ufpr/prograd, 1997.

TV BRASIL. **Série Especial Índios: Territórios Indígenas – Repórter Brasil**. 2013. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=zE2dpu8G_UM>. Acesso em: 25 set 2015.

URBAN, Ana Claudia; LUPORINI, Teresa Jussara. **Aprender e ensinar história nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2015.